

v. 6 • n. 11 • dez. 2009
Semestral

Edição em Português

Víctor Abramovich

Das Violações em Massa aos Padrões Estruturais:
Novos Enfoques e Clássicas Tensões no Sistema Interamericano
de Direitos Humanos

Viviana Bohórquez Monsalve e Javier Aguirre Román

As Tensões da Dignidade Humana: Conceituação e Aplicação
no Direito Internacional dos Direitos Humanos

Debora Diniz, Livia Barbosa e Wederson Rufino dos Santos

Deficiência, Direitos Humanos e Justiça

Julieta Lemaitre Ripoll

O Amor em Tempos de Cólera: Direitos LGBT na Colômbia

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

Malcolm Langford

Judicialização dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
no Âmbito Nacional: Uma Análise Socio-Jurídica

Ann Blyberg

O Caso da Alocação Indevida: Direitos Econômicos e Sociais
e Orçamento Público

Aldo Caliari

Comércio, Investimento, Financiamento e Direitos Humanos:
Avaliação e Estratégia

Patricia Feeney

A Luta por Responsabilidade das Empresas no Âmbito das Nações
Unidas e o Futuro da Agenda de Advocacy

COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Entrevista com Rindai Chipfunde-Vava,
Diretora da Zimbabwe Election Support Network (ZESN)

Relatório sobre o IX Colóquio Internacional de Direitos Humanos



REDE UNIVERSITÁRIA
DE DIREITOS HUMANOS

SUR

Um projeto da Conectas Direitos Humanos

CONSELHO EDITORIAL

Christof Heyns Universidade de Pretória (África do Sul)
Emílio García Méndez Universidade de Buenos Aires (Argentina)
Fifi Benaboud Centro Norte-Sul do Conselho da União Européia (Portugal)
Fiona Macaulay Universidade de Bradford (Reino Unido)
Flavia Piovesan Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)
J. Paul Martin Universidade de Colúmbia (Estados Unidos)
Kwame Karikari Universidade de Gana (Gana)
Mustapha Kamel Al-Sayyed Universidade do Cairo (Egito)
Richard Pierre Claude Universidade de Maryland (Estados Unidos)
Roberto Garretón Ex-Funcionário do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Chile)
Upendra Baxi Universidade de Warwick (Reino Unido)

EDITORES

Pedro Paulo Poppovic
Oscar Vilhena Vieira

CONSELHO EXECUTIVO

Albertina de Oliveira Costa
Flavia Scabin
Juana Kweitel (editora associada)
Thiago Amparo

EDIÇÃO

Thiago Amparo

PROJETO GRÁFICO

Oz Design

EDIÇÃO DE ARTE

Alex Furini

CIRCULAÇÃO

Renato Barreto

IMPRESSÃO

Prol Editora Gráfica Ltda.

COMISSÃO EDITORIAL

Alejandro M. Garro Universidade de Colúmbia (Estados Unidos)
Antonio Carlos Gomes da Costa Modus Faciendi (Brasil)
Bernardo Sorj Universidade Federal do Rio de Janeiro / Centro Edelstein (Brasil)
Bertrand Badie Sciences-Po (França)
Cosmas Gitta PNUD (Estados Unidos)
Daniel Mato Universidade Central da Venezuela (Venezuela)
Daniela Ikawa Public Interest Law Institute (Estados Unidos)
Ellen Chapnick Universidade de Colúmbia (Estados Unidos)
Ernesto Garzon Valdés Universidade de Mainz (Alemanha)
Fateh Azzam Representante Regional, Oficina do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (Líbano)
Guy Haarscher Universidade Livre de Bruxelas (Bélgica)
Jeremy Sarkin Universidade de Western Cape (África do Sul)
João Batista Costa Saraiva Juizado Regional da Infância e da Juventude de Santo Ângelo/RS (Brasil)
José Reinaldo de Lima Lopes Universidade de São Paulo (Brasil)
Juan Amaya Castro Universidade para a Paz (Costa Rica)
Lucia Dammert FLACSO (Chile)
Luigi Ferrajoli Universidade de Roma (Itália)
Luiz Eduardo Wanderley Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)
Malak El Chichini Poppovic Conectas Direitos Humanos (Brasil)
Maria Filomena Gregori Universidade de Campinas (Brasil)
Maria Hermínia Tavares Almeida Universidade de São Paulo (Brasil)
Miguel Cillero Universidade Diego Portales (Chile)
Mudar Kassis Universidade Birzeit (Palestina)
Paul Chevigny Universidade de Nova York (Estados Unidos)
Philip Alston Universidade de Nova York (Estados Unidos)
Roberto Cuéllar M. Instituto Interamericano de Direitos Humanos (Costa Rica)
Roger Raupp Rios Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)
Shepard Forman Universidade de Nova York (Estados Unidos)
Victor Abramovich Universidade de Buenos Aires (UBA)
Victor Topanou Universidade Nacional de Benin (Benin)
Vinodh Jaichand Centro Irlandês de Direitos Humanos, Universidade Nacional da Irlanda (Irlanda)

SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos é uma revista semestral, publicada em inglês, português e espanhol pela Conectas Direitos Humanos. Está disponível na internet em <www.revistasur.org>.

SUR está indexada nas seguintes bases de dados: IBSS (International Bibliography of the Social Sciences); DOAJ (Directory of Open Access Journals); Scielo e SSRN (Social Science Research Network). Além disso, Revista Sur está disponível nas seguintes bases comerciais: EBSCO e HEINonline. SUR foi qualificada como A1 (Colômbia) e B1 (Qualis, Brasil).

SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos / Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos – v.1, n.1, jan.2004 – São Paulo, 2004 - .

Semestral

ISSN 1806-6445

Edições em Inglês, Português e Espanhol.

1. Direitos Humanos 2. ONU I. Rede Universitária de Direitos Humanos

SUMÁRIO

VÍCTOR ABRAMOVICH	7	Das Violações em Massa aos Padrões Estruturais: Novos Enfoques e Clássicas Tensões no Sistema Interamericano de Direitos Humanos
VIVIANA BOHÓRQUEZ MONSALVE E JAVIER AGUIRRE ROMÁN	41	As Tensões da Dignidade Humana: Conceituação e Aplicação no Direito Internacional dos Direitos Humanos
DEBORA DINIZ, LÍVIA BARBOSA E WEDERSON RUFINO DOS SANTOS	65	Deficiência, Direitos Humanos e Justiça
JULIETA LEMAITRE RIPOLL	79	O Amor em Tempos de Cólera: Direitos LGBT na Colômbia
DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS		
MALCOLM LANGFORD	99	Judicialização dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais no Âmbito Nacional: Uma Análise Socio-Jurídica
ANN BLYBERG	135	O Caso da Alocação Indevida: Direitos Econômicos e Sociais e Orçamento Público
ALDO CALIARI	155	Comércio, Investimento, Financiamento e Direitos Humanos: Avaliação e Estratégia
PATRICIA FEENEY	175	A Luta por Responsabilidade das Empresas no Âmbito das Nações Unidas e o Futuro da Agenda de Advocacy
COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS		
	193	Entrevista com Rindai Chipfunde-Vava, Diretora da Zimbabwe Election Support Network (ZESN)
	198	Relatório sobre o IX Colóquio Internacional de Direitos Humanos

APRESENTAÇÃO



Esta edição da Revista Sur foi desenvolvida em colaboração com a Rede DESC (Rede Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais). Esta rede promove a cooperação entre organizações e acadêmicos do mundo todo empenhados em garantir a justiça econômica e social por meio dos direitos humanos. Para este fim, a Rede contribui para o desenvolvimento de uma voz coletiva sobre o tema, além de promover a interação entre seus membros, troca de informações e aprendizado conjunto, promoção de novas ferramentas e estratégias e fortalecimento do intercâmbio entre diferentes regiões, idiomas e áreas de estudo.

Entre os artigos publicados nesta edição, quatro são versões revisadas de documentos produzidos para a Reunião Internacional de Estratégias em Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e Assembleia Geral da Rede-DESC, realizada no Quênia entre os dias 5 e 8 de dezembro de 2008, revisadas com base nos debates intensos e frutíferos entre os participantes desta reunião. O objetivo desses documentos é avaliar criticamente a atuação em direitos humanos, com foco especial nos direitos econômicos, sociais e culturais – e, especialmente, o trabalho conjunto que os membros e participantes da Rede-DESC vêm desenvolvendo em diferentes áreas temáticas. Os artigos também buscam avaliar oportunidades e desafios futuros, além de discutir intervenções estratégicas a fim de garantir proteção efetiva dos direitos humanos*.

Assim, nesta edição apresentamos um dossiê

que discute quais desafios organizações e movimentos sociais que lutam por direitos sociais no mundo têm enfrentado em algumas áreas, suas principais estratégias e uma lista de recomendações para ações futuras.

No primeiro artigo do dossiê, Ann Blyberg apresenta um breve resumo do uso da análise orçamentária pela sociedade civil, e explica em que consiste o uso de verba pública como ferramenta na efetivação dos direitos, principalmente os direitos econômicos, sociais e culturais. Blyberg também discute os diferentes focos – transparência, gênero e direito à alimentação – do trabalho atual nesse campo, além de citar exemplos de experiências de grupos da sociedade civil de diferentes países.

Aldo Caliari analisa como o crescente comércio internacional e fluxos financeiros transnacionais, desregulamentações, privatizações e funções reduzidas do Estado culminaram no enfraquecimento da capacidade do Estado de adotar medidas necessárias ao respeito, à proteção e à efetivação dos direitos humanos dentro de seu território. Com base em uma descrição geral das tendências ditadas pelo cruzamento de políticas de comércio, finanças, investimentos e direitos humanos, Caliari mostra um panorama das estratégias utilizadas por diferentes organizações na proteção dos direitos humanos nesse contexto, incluindo algumas iniciativas bem sucedidas.

Patricia Feeney descreve os altos e baixos do processo de criação de parâmetros universais em relação à responsabilidade das empresas por violações de direitos humanos. Feeney reflete sobre as razões que levam ao abandono do Projeto de Normas da ONU sobre as Responsabilidades de Empresas Transnacionais e também avalia prós e contras do “Marco Proteger, Remediar e Respeitar”, adotado pelo Conselho de Direitos

* Foram produzidos outros artigos que abordam o uso de estratégias de direitos humanos por parte de movimentos sociais e comunidades de base, além do trabalho na área dos direitos econômicos, sociais e culturais da mulher. Eles podem ser solicitados diretamente à secretaria da Rede-DESC por e-mail: nfo@escr-net.org.

Humanos em 2008, por ocasião da proposta do Representante Especial do Secretário-Geral da ONU, John Ruggie.

Por fim, Malcom Langford oferece um panorama sócio-jurídico da judicialização dos direitos econômicos e sociais na esfera nacional, formulando questionamentos sobre suas origens, seu conteúdo e suas estratégias. Também aborda o debate em torno do impacto do litígio e uma avaliação das principais lições aprendidas. Por fim, Langford propõe algumas ideias acerca do desenvolvimento futuro nesse campo.

Além destes artigos, outras cinco contribuições sobre diversos temas e uma entrevista completam esta edição da Revista. No primeiro artigo, Víctor Abramovich apresenta uma visão geral de algumas discussões estratégicas em torno do papel do Sistema Interamericano de Direitos Humanos no cenário político regional. O autor sugere que, no futuro, este sistema deve aumentar seu papel político, focando nos padrões estruturais que afetam o exercício dos direitos por parte de setores marginalizados da população.

O artigo de Viviana Bohórquez Monsalve e Javier Aguirre Román faz uma reconstrução conceitual das três tensões que envolvem o conceito de dignidade humana: a) a tensão entre o caráter natural e o artificial do ser humano (ou consensual ou passivo); b) a tensão entre o caráter abstrato e o concreto; e c) a tensão entre o caráter universal e particular.

No terceiro artigo, Débora Diniz, Lívia Barbosa e Wederson Rufino dos Santos demonstram como o estudo da deficiência tem se consolidado em torno do conceito de desvantagem social. Como resultado desse conceito e conforme adotado na Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, as deficiências não se resumem a um catálogo de doenças listadas por especialis-

tas da Biomedicina, mas representam um conceito que denuncia a desigualdade imposta por obstáculos ao corpo com impedimentos.

Considerando a violência sofrida por grupos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) na Colômbia e as decisões adotadas pela Corte Constitucional relacionadas à proteção da livre opção sexual, Julieta Lamaitre Ripoll analisa, no quarto artigo, o papel simbólico da lei e alega que os ativistas em seu país têm um relacionamento ambíguo com o Direito: ao mesmo tempo em que suspeitam deste em razão de sua ineficiência, eles lutam pela reforma legislativa e comemoram a evolução da jurisprudência da Corte Constitucional.

A pedido dos participantes do IX Colóquio Internacional de Direitos Humanos, pela primeira vez foi incluído na Revista Sur um breve relato sobre o evento. Além disso, durante o IX Colóquio, foi feita uma entrevista com Rindaí Chipfunde-Vava, diretora da ZESN (Rede de Apoio às Eleições no Zimbábue), que finaliza esta edição da Revista Sur. Rindaí Chipfunde-Vava enfatiza a importância da observação eleitoral na África e insiste que defensores de direitos humanos vejam as eleições como uma questão relacionada aos direitos humanos.

Agradecemos o apoio da Fundação Ford, da Rede-DESC e do Observatório Interdisciplinar de Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) pela publicação desta edição da Revista Sur.

Por fim, temos o enorme prazer de anunciar que a Fundação Carlos Chagas apoiará a Revista Sur em 2010 e 2011. Essa nova parceria é bastante promissora uma vez que, além do apoio financeiro, esse renomado instituto de pesquisa complementará a equipe editorial da Revista.

RELATÓRIO SOBRE O IX COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Por Conectas Direitos Humanos

1 Introdução

Em Novembro de 2009, Conectas organizou a nona edição do Colóquio Internacional de Direitos Humanos, com o seguinte tema: “Uma avaliação do Sistema Global de Direitos Humanos na Perspectiva do Hemisfério Sul: Estratégias Comuns e Propostas de Reforma”. O Colóquio é um evento anual realizado desde 2001, em São Paulo (Brasil), destinado, principalmente, a jovens ativistas de direitos humanos do Hemisfério Sul. O evento acontece integralmente em três idiomas (inglês, português e espanhol) e promove espaços de diálogo entre as diferentes agendas de trabalho do movimento de direitos humanos. Nesse sentido, aborda questões atuais e polêmicas de direitos humanos, por meio de um enfoque multidisciplinar; além de criar espaços para que novas formas de cooperação sejam estabelecidas entre todos os participantes.

Ao todo, nas últimas oito edições, entre 2001 e 2008, o Colóquio recebeu mais de 529 participantes de 59 países da América Latina, África e Ásia. Além disso, 226 acadêmicos e pesquisadores já participaram como palestrantes e colaboradores, o que tem enriquecido o debate com diferentes perspectivas e experiências. Além do seu componente de capacitação, o Colóquio desempenha um importante papel no aprimoramento da atuação política dos defensores de direitos humanos e das organizações que participam do evento. Oferece a oportunidade para que os participantes ampliem o impacto do seu trabalho, ao conhecer redes e grupos de outras regiões, com os quais dificilmente teriam a oportunidade de interagir.

A nona edição do Colóquio reuniu jovens ativistas e acadêmicos para avaliar coletivamente a eficácia do sistema global de direitos humanos sob a perspectiva do Hemisfério Sul. Pela primeira vez, desde a sua criação em 2001, o IX Colóquio reuniu exclusivamente participantes de Colóquios anteriores. Assim, o encontro buscou fortalecer a colaboração entre as diferentes gerações de ex-participantes. A metodologia de trabalho escolhida buscou propiciar um espaço para elaboração de estratégias futuras da sociedade civil e, também, de propostas concretas de reforma do sistema multilateral de direitos humanos.

Este grupo, que reuniu participantes de todos os Colóquios, também realizou uma avaliação dos resultados das oito edições anteriores e discutiu o formato e o conteúdo das futuras edições do Colóquio, de 2010 e 2011.

O encontro, de 2009, reuniu 34 participantes de 22 países (14 homens e 20 mulheres) da América Latina (14), Ásia (4) e África (16). Recebeu também 32 observadores e contou com o apoio de uma equipe de 14 monitores voluntários. Desde a seleção até a realização do evento, os participantes realizaram uma série de leituras e tarefas preparatórias sobre os temas abordados no programa.

A realização do IX Colóquio Internacional de Direitos Humanos foi possível graças à generosa contribuição da Open Society Institute, da Fundação Ford e da Fundação das Nações Unidas. Também recebeu o apoio dos Consulados Francês e do Consulado Canadense, da OSISA e da Ashoka Empreendedores Sociais. Como em anos anteriores, a Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas acolheu o evento durante uma semana e o Centro de Juventude Ruth Cardoso, da Prefeitura de São Paulo, recebeu os participantes para a abertura do evento.

2 Programa: Uma Análise Crítica do Sistema ONU de Direitos Humanos

O programa de 2009 procurou apresentar um panorama geral sobre o funcionamento dos principais mecanismos do sistema ONU de direitos humanos e, ao mesmo tempo, promover espaços para discutir estratégias concretas de ação conjunta e propostas de reforma. Assim, cada um dos mecanismos analisados (o sistema da carta da ONU e o sistema dos tratados) foi estudado a partir de três perspectivas: Conectas se encarregou de apresentar uma visão geral sobre o funcionamento dos mecanismos, um palestrante foi convidado a proporcionar uma visão crítica sobre funcionamento de cada um destes mecanismos e, por fim, os participantes relataram experiências concretas de utilização destes. Foram 11 apresentações práticas que ilustraram as dificuldades que os ativistas encontram ao utilizarem os mecanismos internacionais de direitos humanos. Durante os grupos de trabalho, os participantes discutiram algumas estratégias para superar estes desafios e formularam propostas concretas de reforma.

O grupo de palestrantes e debatedores foi composto por acadêmicos, ativistas e oficiais das Nações Unidas, que analisaram o funcionamento dos órgãos das Nações Unidas a partir de uma perspectiva dos direitos humanos e discutiram as oportunidades que a sociedade civil tem para influenciar o debate.

O Programa deu especial ênfase aos mecanismos do Conselho de Direitos Humanos (CDH) e aos Comitês de Tratados. Assim, Camila Asano, da Conectas, apresentou o contexto político do CDH e Philippe Dam, da organização Human Rights Watch (Genebra), discutiu a resistência dos Estados membros do CDH em adotar resoluções por país. Lúcia Nader, da Conectas, apresentou uma visão geral sobre o funcionamento da Revisão Periódica Universal (RPU) e Sandeep Prasad, Action Canada for Population and Development ACDP (Canadá), apresentou os desafios de incluir o tema dos direitos sexuais e reprodutivos no processo da RPU. Mustapha Al- Sayyid, Universidade do Cairo (Egito), falou sobre o papel dos países árabes no Conselho de Direitos Humanos. Julia Neiva, da Conectas, descreveu o funcionamento dos Comitês de Tratados e Gabriela Kletzel, Centro de Estudios Legales y Sociales - CELS (Argentina), apresentou a experiência da sua organização na apresentação de relatórios sombra.

Ademais, contamos com a participação de dois Relatores Especiais: o Relator Especial das Nações Unidas para Execuções Arbitrárias, Philip Alston, enviou um vídeo no qual explicou o trabalho dos procedimentos especiais da ONU, e a Relatora Especial da Nações Unidas para uma Moradia Adequada, Raquel Rolnik, falou sobre a sua experiência de um ano como Relatora Especial e compartilhou os desafios de combinar trabalho de campo com as exigências institucionais das Nações Unidas.

June Ray do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Civil Society Unit, Genebra) e Katherine Thomasen da organização International Service for Human Rights (Genebra), apresentaram as oportunidades que tem as organizações da sociedade civil para participarem de maneira efetiva dos mecanismos da ONU. June Ray enfatizou o papel do CDH como uma ponte entre os defensores de direitos humanos e os diversos órgãos das Nações Unidas.

Dois temas importantes foram introduzidos: o Conselho de Segurança e a Corte Penal Internacional, respectivamente por Joanna Weschler, da organização Security Council Report (EUA), e Camila Maturana, da Corporación Humanas (Chile). Ambas apresentaram uma visão geral do funcionamento dessas instituições internacionais e explicaram como as ONGs podem monitorar seu trabalho.

2.1 Estudos de Caso – Lições Aprendidas e Conselhos Práticos

Alguns participantes apresentaram estudos de caso de suas experiências com o sistema internacional para ilustrar suas palestras. Essa metodologia, utilizada pela primeira vez durante um Colóquio, tornou as discussões mais horizontais e permitiu uma verdadeira troca de experiências entre os participantes.

Estudos de Caso		
Conselho de Direitos Humanos Mecanismos especiais	Conselho de Direitos Humanos RPU	Comitês de Tratados
José Ferrara, México: Como submeter um caso ao relator especial (RE) sobre o direito à liberdade de opinião e de expressão. Luis Emmanuel Cunha, Brasil: Monitorar a implementação das Recomendações dos relatores especiais. Renata Lira, Brasil: Como organizar uma visita de um relator especial	Florita Telo, Angola: Apresentação do relatório da sociedade civil ao RPU: o caso de Angola. Andrea Dejten, Uruguai: Monitorar o processo da RPU no Uruguai. Mauricio Caballero, Colômbia: Processo da RPU na Colômbia e os direitos LGBT. Carlo Cleofe, Filipinas: Implementação das recomendações da RPU.	Babalola Medayedupin, Nigéria: Denúncia de um caso de tortura ao Comitê da Convenção contra a Tortura. Wendy Flores, Nicarágua: Relatórios sombra aos Comitês de Tratados. Chibogu Obinwa, Nigéria: Processo de internalização da CEDAW na Nigéria. Maria Esther Mogolión, Peru: Ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

2.1.a Conselho de Direitos Humanos: Mecanismos Especiais

José Ferrara, do Centro de Direitos Humanos Miguel Agustín Pro Juárez (México) relatou a experiência de sua organização em incorporar a participação de um relator especial da ONU no processo de preparação de um relatório sombra para a RPU. Sobre a experiência afirmou que “o envio de informação ao relator foi apropriado por integrar uma estratégia ampla que englobou os meios de comunicação e organizações dedicadas à defesa da liberdade de expressão. Nossas reivindicações foram reproduzidas por diversas delegações durante a revisão do México. O ativismo de organizações internacionais vinculados ao tema também ajudou.” Acrescentou ainda que “ao enviar informações aos relatores, é importante que estas sejam provenientes de fontes sejam altamente confiáveis e que sejam listadas as medidas que se espera que os Estados tomem”. Ao final, recomendou que “o envio de informação deve integrar uma estratégia mais ampla que inclua a mobilização de diversos setores sociais”.

Luis Emmanuel Cunha, do Gajop (Brasil) apresentou a experiência de sua organização na elaboração de uma metodologia para avaliar a implementação das recomendações do Sistema ONU. Luis destacou a dificuldade que sua organização enfrenta para avaliar o cumprimento das recomendações dos diferentes mecanismos da ONU, já que cada um destes mecanismos adota recomendações que seguem diferentes critérios, o que impede a criação de um procedimento uniforme da análise.

Sobre a visita dos relatores, Renata Lira, da Justiça Global (Brasil) destacou a importância de que os relatórios entregues aos Relatores durante visitas a países específicos sejam elaborados em inglês, contenham estatísticas oficiais, casos emblemáticos e, sobretudo, uma análise política do contexto. Destacou também a importância de organizar encontros com as vítimas e seus familiares, para que o relator tenha uma visão da situação real no país.

2.1.b Conselho de Direitos Humanos: Revisão Periódica Universal (RPU)

Florita Telo, da organização Centro Cultural Mosaiko (Angola) relatou a experiência da sua organização na elaboração do relatório da sociedade civil para a RPU. O informe foi elaborado por 10 organizações de diferentes regiões de Angola. O trabalho dessas organizações se realizou em torno de seis temas: direito à habitação, à educação, à saúde, à terra das comunidades indígenas agro-pastoris – acesso à terra e aos recursos naturais, direito de associação, de participação e manifestação. Em sua apresentação, Florita destacou as dificuldades de acesso à informação que enfrentam os ativistas de língua portuguesa, em função do idioma não ser uma das línguas oficiais da ONU.

Andrea Dejten, do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre o Desenvolvimento (Uruguai) relatou que, ao começarem a participar da RPU, as organizações perceberam que não compreendiam completamente o funcionamento desse novo mecanismo participativo. Ao mesmo tempo, muito embora o governo tenha convocado a sociedade civil para colaborar na elaboração do relatório oficial, na

visão de Andrea, o processo de consulta teve sérias dificuldades, entre elas: a seleção de uma pequena parcela da sociedade civil organizada, o tempo insuficiente para assegurar sua ampla participação e a escassez de informações para uma análise adequada para elaboração de um posicionamento da sociedade civil. Finalmente, Andrea mencionou que uma boa idéia para o futuro seria a convocação de uma mesa permanente de trabalho para a próxima RPU.

Mauricio Caballero da Colômbia Diversa (Colômbia) apresentou as ações para incluir o tema dos direitos humanos da população LGBT na RPU da Colômbia. Mauricio iniciou sua apresentação ressaltando que encontraram muitas dificuldades em trabalhar com a RPU. Em primeiro lugar, o mecanismo era novo, desconhecido e sem regras muito claras. Em segundo lugar, o assunto da homossexualidade é um tema que gera polêmica e divisão entre os membros do Conselho de Direitos Humanos. Em terceiro lugar, a Colômbia é um país complexo e com inúmeros problemas graves de direitos humanos, o que acaba por dificultar a inclusão de todos os temas.

O resultado do trabalho participativo da sua organização foi positivo, já que o CDH incluiu uma recomendação específica sobre o tema que foi aceita pelo Estado e, desta maneira, foi a primeira recomendação internacional explícita em matéria de direitos humanos da população LGBT na Colômbia. Maurício informou que a recomendação tem sido utilizada para fortalecer o debate interno. Sua importância envolve a geração de espaços de interlocução com o governo, inclusão de novos cenários, como o internacional (Comissão Interamericana de Direitos Humanos) e o envolvimento do Poder Judiciário (Corte Constitucional). Também tem sido útil para fortalecer as políticas públicas em matéria de direitos desta população, especialmente para fortalecer o marco normativo e para criar indicadores de efetividade dos direitos.

Carlo Cleofe, da organização Task Force Detainees of the Philippines (Filipinas), ressaltou que, para o informe da sociedade civil à RPU, levou-se em consideração a preocupação com credibilidade transmitida pela informação, para isso convocaram muitas organizações para assinar o documento. Destacou também que foi muito importante poder participar, em duas oportunidades, da sessão do Conselho para falar com as delegações sobre a revisão de seu país. Nessas oportunidades também organizaram eventos paralelos que ajudaram a despertar interesse sobre a situação de direitos humanos na Filipinas. Ao final, Carlo destacou que foi fundamental a elaboração antecipada de uma lista de recomendações, sobre medidas que poderiam ser tomadas no âmbito nacional: das 19 delegações com as quais se reuniram, 11 delas utilizaram as recomendações previamente elaboradas pela sociedade civil.

2.1.c Comitês de Tratados

Babalola Medayedupin, do Center for Community Development and Conflict Management (Nigéria), relatou as dificuldades que a sua organização enfrentou ao tentar denunciar internacionalmente um grave caso de tortura, muitas dessas dificuldades devem-se ao fato da Nigéria não ter ratificado o Protocolo da Convenção contra a Tortura. Deste modo, para a preparação de um caso, destacou a importância de se estudar quais tratados o país em questão ratificou.

Wendy Flores Acevedo, do Centro Nicaragüense de Derechos Humanos (CENIDH) (Nicarágua), relatou a experiência da sua organização na apresentação de relatórios alternativos perante os diferentes comitês de tratados da ONU: como o Comitê de Direitos Humanos, em Outubro de 2008, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em Novembro de 2008, e o Comitê contra a Tortura, em Maio de 2009. Como principal lição aprendida, Wendy destacou a necessidade de se trabalhar em conjunto com outras organizações com o objetivo de apresentar, aos comitês, informações completas, que reflitam a situação do país como um todo. Também mencionou a necessidade de se ter acesso às datas de apresentações dos relatórios oficiais e a agenda de revisão destes relatórios pelos diferentes órgãos. O principal desafio identificado foi a importância de construir uma metodologia de trabalho para elaborar um relatório de maneira coordenada com outras organizações. Sugeriu como mecanismo a nomeação de uma pequena equipe redatora para se encarregar da coleta de informação e realizar a redação final com o objetivo de que o documento tenha consistência, harmonia e uma linguagem uniforme.

2.1.d Elaboração e ratificação de normas internacionais

Chibogu Obinwa, de BAOBAB for Women's Human Rights (BAOBAB) (Nigéria), compartilhou a experiência da sua organização na internalização da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW é a sigla em inglês). Ela mencionou que, embora a Nigéria tenha ratificado a Convenção durante o governo militar, em 1985, nunca a incorporou no âmbito interno. Chibogu mencionou que algumas das dificuldades da internalização da Convenção são baseadas em estereótipos culturais contrários aos direitos da mulher. Assim, a estratégia de uma ampla coalizão de organizações foi elaborar um informe sombra, muito bem documentado, sobre 16 artigos da CEDAW e participar das sessões do Comitê em Nova York durante a RPU da Nigéria. Chibogu mencionou a importância de se manter um diálogo informal com os membros da CEDAW para chamar a atenção sobre os pontos mais importantes que devem ser questionados ao governo. Por outro lado, como uma das estratégias para a implementação da Convenção, mencionou o trabalho com os meios de comunicação para apresentar quais são os aspectos que a Nigéria precisa reformar em sua legislação, bem como a formação de juízes e legisladores sobre o tema.

María Esther Mogollón, de MAM Fundacional (Peru) apresentou sua experiência na influência da aprovação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU. Maria Esther teve a oportunidade de influenciar a posição do governo peruano, a partir de uma investigação prévia, que havia realizado sobre os direitos sexuais e reprodutivos das pessoas com deficiência, em especial o direito à maternidade das mulheres com deficiência. Ainda que o Peru tenha votado a favor da Convenção e a tenha ratificado posteriormente, Maria Esther denunciou uma tendência a restringir os direitos das pessoas com deficiência em seu país.

2.2 Documento Final: Propostas de Reforma do Sistema ONU

Durante os grupos de trabalho, os participantes colaboram ativamente para produzir uma declaração conjunta sobre os seguintes desafios que o Sistema de Direitos Humanos das Nações Unidas enfrenta:

Desafios para aumentar a participação e a efetividade da sociedade civil no Sistema Internacional de Direitos Humanos

1. Falta de cooperação dos Estados com as Nações Unidas (ONU), geralmente baseado no falso argumento de incompatibilidade entre soberania e proteção dos direitos humanos;
2. Falta de implementação das recomendações das Nações Unidas e a dificuldade para medir a efetividade dos comitês de tratados e mecanismos internacionais de direitos humanos;
3. Obstáculos para a participação da sociedade civil no sistema das Nações Unidas, que inclui falta de recursos financeiros, barreiras físicas e de idioma, falha na comunicação e de acesso à informação;
4. Interação insuficiente entre e dentro do sistema de Direitos Humanos da ONU e os Sistemas Regionais;
5. Seletividade e politização no Conselho de Direitos Humanos (CDH);
6. A não ratificação do núcleo de tratados de direitos humanos e obstáculos para a participação da sociedade civil nos Comitês de Tratados;
7. Atenção insuficiente por parte do Conselho de Segurança à agenda de direitos humanos, assim como a relação do Conselho de Segurança com outros organismos de direitos humanos e com a sociedade civil; e
8. Necessidade de garantir uma maior efetividade do Tribunal Penal Internacional (CPI) e de melhorar sua relação com o sistema de direitos humanos da ONU .

Os grupos de trabalho fizeram recomendações dirigidas à ONU, aos governos e às organizações da sociedade civil. Conectas apresentou, em nome de todos os participantes, o Documento Final ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e cada participante apresentou o documento ao seu respectivo governo (em seus países e também para suas respectivas delegações em Genebra). Conectas também distribuiu o documento por meio do seu site e de sua Newsletter. A versão na íntegra do documento final encontra-se disponível em: http://www.conectas.org/arquivospublicados/IXColoquioDDHH_DocFinal_Espanol.pdf

3 Avaliação do Colóquio 2001-2009

Em todos os anos anteriores, Conectas tem realizado avaliações com os participantes do Colóquio, durante e após o evento, e levado em consideração os resultados para dar início à implementação de mudanças e melhorias no seu formato e conteúdo. Essas avaliações consecutivas demonstraram que o Colóquio se tornou um reconhecido espaço de treinamento e de trabalho em rede de organizações de direitos humanos, especialmente do Sul Global. Não obstante, Conectas almejava uma avaliação mais profunda do seu trabalho e de seu impacto por parte dos beneficiários de diferentes edições do Colóquio.

Levando em consideração estas avaliações, o IX Colóquio reuniu 34 participantes dos 8 eventos anteriores. Esta foi a primeira vez que, por um lado, participantes de diferentes edições teriam a oportunidade de se conhecerem e de criarem vínculos para futuras atividades conjuntas e, por outro, de compartilharem suas sugestões a respeito do conteúdo e do formato das futuras edições do Colóquio.

Conectas pediu aos participantes que contribuíssem com o processo de avaliação em três fases: I) preenchimento pela internet de um questionário online antes do evento; II) discussão dos resultados; e III) elaboração de propostas para o futuro durante o Colóquio.

Durante a etapa preparatória foi pedido aos participantes que dessem sua opinião sobre o grau de cumprimento dos cinco objetivos do Colóquio.

Resumo dos resultados do questionário online*	
Objetivo 1: O Colóquio oferece um espaço para o intercâmbio de experiências e de conhecimentos práticos:	78% concordam totalmente 22% concordam
Objetivo 2: O Colóquio proporciona um espaço para compartilhamento de informações sobre os últimos avanços em direitos humanos:	56,5% concordam totalmente 43,5% concordam
Objetivo 3: O Colóquio oferece oportunidades para se adquirir habilidades profissionais:	52% concordam totalmente 36% concordam 12% não concordam
Objetivo 4: O Colóquio proporciona informação sobre como navegar pelo sistema das Nações Unidas para avançar a proteção dos direitos humanos:	52% concordam totalmente 39% concordam 9% não concordam
Objetivo 5: O Colóquio cria bases para futuras colaborações e alianças:	56,5% concordam totalmente 43,5% concordam

* 23 dos 34 participantes responderam ao questionário online.

O questionário online revelou uma avaliação muito positiva do colóquio. A totalidade dos participantes (100%) “Concorda fortemente” ou “Concorda” que o Colóquio: i) Oferece um espaço para o intercâmbio de experiências (objetivo 1), ii) Proporciona um espaço de aprendizado sobre os últimos avanços no campo dos DH (objetivo 2) e iii) Cria as bases para futuras colaborações (objetivo 5). É interessante ressaltar que esses três objetivos também foram selecionados, na última parte da avaliação, como os objetivos prioritários para o futuro do Colóquio.

A respeito da aquisição de habilidades profissionais (objetivo 3), os participantes que “não concordaram” com a frase proposta explicaram no próprio questionário que, na verdade, “não concordaram” com a forma em que a frase foi formulada, especialmente pelo uso do termo “aquisição”. Sobre a oferta de informação de como navegar no sistema da ONU (objetivo 4), os participantes que optaram pelo “não concordo” pediram à Conectas que organizasse cursos

complementares sobre o Sistema ONU. Afirmaram que um colóquio de uma semana não era suficiente para aprender sobre um sistema tão complexo como o da ONU.

Durante as discussões, os participantes fizeram vários comentários positivos. Falaram sobre o impacto do Colóquio em suas vidas, dando exemplos concretos de projetos conjuntos implementados graças ao Colóquio. Também mencionaram que o Colóquio é diferente de outros cursos, porque leva em consideração o aspecto social do trabalho para os direitos humanos, proporcionando também um espaço para a criação de novas amizades. Ademais, enfatizaram o caráter *sui generis* do Colóquio enquanto espaço de diálogo Sul-Sul.

Os participantes fizeram propostas para os colóquios futuros, incluindo a incorporação do francês como uma das línguas do Colóquio e recomendaram a continuação de muitos de seus diferenciais, como o *Open Space Forum* (espaço para a discussão de temas propostos pelos participantes), as visitas a ONGs brasileiras e apresentação de estudos de caso pelos participantes. Os participantes também recomendaram que a Conectas documente o impacto do Colóquio na vida dos participantes, pois pensam que “essa história deve ser contada”.

4 Comentários finais

O Colóquio tem um papel central na vida da Conectas. A cada ano, o Colóquio é o momento para o qual a organização investe seu maior esforço. É, além disso, o principal espaço para ouvir a opinião dos ativistas de direitos humanos do Hemisfério Sul, para os quais grande parte das atividades da organização estão direcionadas.

Foi extremamente reconfortante ouvir a opinião dos ex-participantes durante a avaliação realizada no IX Colóquio. Nesse sentido, quatro aspectos são particularmente relevantes: 1) o reconhecimento da singularidade do Colóquio como o único evento de integração Sul-Sul em direitos humanos; 2) o relato de projetos de colaboração entre participantes depois do Colóquio, sobre os quais a Conectas não tinha conhecimento; 3) o reconhecimento do esforço da Conectas em continuar em contato com os ex-participantes depois do Colóquio e 4) a importância dos espaços de confraternização durante o Colóquio e o reconhecimento do trabalho da Conectas para criar estes espaços de integração.

À luz dos resultados da avaliação, ficou claro que o maior desafio para a Conectas é desenvolver uma ferramenta que permita medir o impacto do Colóquio no fortalecimento de uma nova geração de ativistas de direitos humanos que valoriza a colaboração e vê de forma diferente as relações Norte-Sul e Sul-Sul.

Para obter mais informações sobre o X Colóquio Internacional de Direitos Humanos, que será organizado em Outubro de 2010, visite: www.conectas.org/coloquio.

SUR 1, v. 1, n. 1, Jun. 2004

EMILIO GARCÍA MÉNDEZ
Origem, sentido e futuro dos
direitos humanos: Reflexões para
uma nova agenda

FLAVIA PIOVESAN
Direitos sociais, econômicos
e culturais e direitos civis e
políticos

OSCAR VILHENA VIEIRA E
A. SCOTT DUPREE
Reflexões acerca da sociedade
civil e dos direitos humanos

JEREMY SARKIN
O advento das ações movidas no
Sul para reparação por abusos
dos direitos humanos

VINODH JAICHAND
Estratégias de litígio de interesse
público para o avanço dos
direitos humanos em sistemas
domésticos de direito

PAUL CHEVIGNY
A repressão nos Estados Unidos
após o atentado de 11 de
setembro

SERGIO VIEIRA DE MELLO
Apenas os Estados-membros
podem fazer a ONU funcionar
Cinco questões no campo dos
direitos humanos

SUR 2, v. 2, n. 2, Jun. 2005

SALIL SHETTY
Declaração e Objetivos de
Desenvolvimento do Milênio:
Oportunidades para os direitos
humanos

FATEH AZZAM
Os direitos humanos na
implementação dos Objetivos de
Desenvolvimento do Milênio

RICHARD PIERRE CLAUDE
Direito à educação e educação
para os direitos humanos

JOSÉ REINALDO DE LIMA LOPES
O direito ao reconhecimento para
gays e lésbicas

E.S. NWAUCHE E J.C. NWOBIKE
Implementação do direito ao
desenvolvimento

STEVEN FREELAND
Direitos humanos, meio ambiente
e conflitos: Enfrentando os
crimes ambientais

FIONA MACAULAY
Parcerias entre Estado e
sociedade civil para promover a
segurança do cidadão no Brasil

EDWIN REKOSH
Quem define o interesse público?

VÍCTOR E. ABRAMOVICH
Linhas de trabalho em direitos

econômicos, sociais e culturais:
Instrumentos e aliados

SUR 3, v. 2, n. 3, Dez. 2005

CAROLINE DOMMEN
Comércio e direitos humanos:
rumo à coerência

CARLOS M. CORREA
O Acordo TRIPS e o acesso a
medicamentos nos países em
desenvolvimento

BERNARDO SORJ
Segurança, segurança humana e
América Latina

ALBERTO BOVINO
A atividade probatória perante a
Corte Interamericana de Direitos
Humanos

NICO HORN
Eddie Mabo e a Namíbia:
Reforma agrária e direitos pré-
coloniais à posse da terra

NLERUM S. OKOGBULE
O acesso à justiça e a proteção
aos direitos humanos na Nigéria:
Problemas e perspectivas

MARÍA JOSÉ GUEMBE
Reabertura dos processos pelos
crimes da ditadura militar
argentina

JOSÉ RICARDO CUNHA
Direitos humanos e
justiciabilidade: Pesquisa no
Tribunal de Justiça do Rio de
Janeiro

LOUISE ARBOUR
Plano de ação apresentado pela
Alta Comissária das Nações
Unidas para os Direitos Humanos

SUR 4, v. 3, n. 4, Jun. 2006

FERNANDE RAINE
O desafio da mensuração nos
direitos humanos

MARIO MELO
Últimos avanços na justiciabili-
dade dos direitos indígenas no
Sistema Interamericano de Direi-
tos Humanos

ISABELA FIGUEROA
Povos indígenas versus
petrolíferas: Controle
constitucional na resistência

ROBERT ARCHER
Os pontos positivos de diferentes
tradições: O que se pode ganhar e
o que se pode perder combinando
direitos e desenvolvimento?

J. PAUL MARTIN
Releitura do desenvolvimento e
dos direitos: Lições da África

MICHELLE RATTON SANCHEZ
Breves considerações sobre os

mecanismos de participação para
ONGs na OMC

JUSTICE C. NWOBIKE
Empresas farmacêuticas e acesso
a medicamentos nos países em
desenvolvimento: O caminho a
seguir

CLÓVIS ROBERTO ZIMMERMANN
Os programas sociais sob a ótica
dos direitos humanos: O caso da
Bolsa Família do governo Lula
no Brasil

CHRISTOF HEYNS, DAVID
PADILLA E LEO ZWAAK
Comparação esquemática dos
sistemas regionais e direitos
humanos: Uma atualização

RESENHA

SUR 5, v. 3, n. 5, Dez. 2006

CARLOS VILLAN DURAN
Luzes e sombras do novo
Conselho de Direitos Humanos
das Nações Unidas

PAULINA VEGA GONZÁLEZ
O papel das vítimas nos
procedimentos perante o Tribunal
Penal Internacional: seus direitos
e as primeiras decisões do
Tribunal

OSWALDO RUIZ CHIRIBOGA
O direito à identidade cultural
dos povos indígenas e das
minorias nacionais: um olhar a
partir do Sistema Interamericano

LYDIAH KEMUNTO BOSIRE
Grandes promessas, pequenas
realizações: justiça transicional
na África Subsaariana

DEVIKA PRASAD
Fortalecendo o
policiamento democrático
e a responsabilização na
Commonwealth do Pacífico

IGNACIO CANO
Políticas de segurança pública
no Brasil: tentativas de
modernização e democratização
versus a guerra contra o crime

TOM FARER
Rumo a uma ordem legal
internacional efetiva: da
coexistência ao consenso?

RESENHA

SUR 6, v. 4, n. 6, Jun. 2007

UPENDRA BAXI
O Estado de Direito na Índia

OSCAR VILHENA VIEIRA
A desigualdade e a subversão do
Estado de Direito

RODRIGO UPRIMNY YEPES
A judicialização da política na

Colômbia: casos, potencialidades e riscos

LAURA C. PAUTASSI

Há igualdade na desigualdade? Abrangência e limites das ações afirmativas

GERT JONKER E RIKA SWANZEN
Serviços de intermediação para crianças-testemunhas que depõem em tribunais criminais da África do Sul

SERGIO BRANCO

A lei autoral brasileira como elemento de restrição à eficácia do direito humano à educação

THOMAS W. POGGE

Para erradicar a pobreza sistêmica: em defesa de um Dividendo dos Recursos Globais

SUR 7, v. 4, n. 7, Dez. 2007

LUCIA NADER

O papel das ONGs no Conselho de Direitos Humanos da ONU

CECÍLIA MACDOWELL SANTOS
Ativismo jurídico transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Justiça transicional

TARA URS

Vozes do Camboja: formas locais de responsabilização por atrocidades sistemáticas

CECILY ROSE E FRANCIS M. SSEKANDI

A procura da justiça transicional e os valores tradicionais africanos: um choque de civilizações – o caso de Uganda
RAMONA VIJEYARASA
Verdade e reconciliação para as “gerações roubadas”: revisitando a história da Austrália

ELIZABETH SALMÓN G.
O longo caminho da luta contra a pobreza e seu alentador encontro com os direitos humanos

ENTREVISTA COM JUAN MÉNDEZ
Por Glenda Mezarobba

SUR 8, v. 5, n. 8, Jun. 2008

MARTÍN ABREGÚ

Direitos humanos para todos: da luta contra o autoritarismo à construção de uma democracia inclusiva - um olhar a partir da Região Andina e do Cone Sul

AMITA DHANDA

Construindo um novo léxico dos direitos humanos: Convenção

sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências

LAURA DAVIS MATTAR

Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais – uma análise comparativa com os direitos reprodutivos

JAMES L. CAVALLARO E STEPHANIE ERIN BREWER

O papel da litigância para a justiça social no Sistema Interamericano

Direito à saúde e acesso a medicamentos

PAUL HUNT E RAJAT KHOSLA

Acesso a medicamentos como um direito humano

THOMAS POGGE

Medicamentos para o mundo: incentivando a inovação sem obstruir o acesso livre

JORGE CONTESSE E DOMINGO

LOVERA PARMO
Acesso a tratamento médico para pessoas vivendo com HIV/AIDS: êxitos sem vitória no Chile

GABRIELA COSTA CHAVES, MARCELA FOGAÇA VIEIRA E RENATA REIS

Acesso a medicamentos e propriedade intelectual no Brasil: reflexões e estratégias da sociedade civil

SUR 9, v. 5, n. 9, Dez. 2008

BARBORA BUK OVSKÁ

Perpetrando o bem: as consequências não desejadas da defesa dos direitos humanos

JEREMY SARKIN

Prisões na África: uma avaliação da perspectiva dos direitos humanos

REBECCA SAUNDERS

Sobre o intraduzível: sofrimento humano, a linguagem de direitos humanos e a Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul

Sessenta anos da Declaração Universal de Direitos Humanos

PAULO SÉRGIO PINHEIRO

Os sessenta anos da Declaração Universal: atravessando um mar de contradições

FERNANDA DOZ COSTA

Pobreza e direitos humanos: da mera retórica às obrigações jurídicas - um estudo crítico sobre diferentes modelos conceituais

EITAN FELNER

Novos limites para a luta

pelos direitos econômicos e sociais? Dados quantitativos como instrumento para a responsabilização por violações de direitos humanos

KATHERINE SHORT

Da Comissão ao Conselho: a Organização das Nações Unidas conseguiu ou não criar um organismo de direitos humanos confiável?

ANTHONY ROMERO

Entrevista com Anthony Romero, Diretor Executivo da *American Civil Liberties Union* (ACLU)

SUR 10, v. 6, n. 10, Jun. 2009

ANUJ BHUWANIA

“Crianças muito más”: “Tortura indiana” e o Relatório da Comissão sobre Tortura em Madras de 1855

DANIELA DE VITO, AISHA GILL E

DAMIEN SHORT
A tipificação do estupro como genocídio

CHRISTIAN COURTIS

Anotações sobre a aplicação da Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas por tribunais da América Latina

BENYAM D. MEZMUR

Adoção internacional como medida de último recurso na África: promover os direitos de uma criança ao invés do direito a uma criança

Direitos Humanos das Pessoas em Movimento: Migrantes e Refugiados

KATHARINE DERDERIAN E

LIESBETH SCHOCKAERT
Respostas aos fluxos migratórios mistos: Uma perspectiva humanitária

JUAN CARLOS MURILLO

Os legítimos interesses de segurança dos Estados e a proteção internacional de refugiados

MANUELA TRINDADE VIANA

Cooperação internacional e deslocamento interno na Colômbia: Desafios à maior crise humanitária da América do Sul

JOSEPH AMON E KATHERINE TODRYS

Acesso de populações migrantes a tratamento antiretroviral no Sul Global

PABLO CERIANI CERNADAS

Controle migratório europeu em território africano: A omissão do caráter extraterritorial das obrigações de direitos humanos